

Crescimento retomado a partir de julho

A economia brasileira poderá passar de uma queda de atividades no primeiro semestre do próximo ano para uma retomada do crescimento a partir de julho. A previsão é do ministro da Fazenda, Pedro Malan, que acha ser possível a recuperação no segundo semestre, caso o Congresso aprove o Programa de Estabilidade Fiscal (PEF). Na revisão do orçamento para o próximo ano, que está sendo concluída, o Governo trabalha com estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) de -1% em 1999.

"Achamos que temos todas as condições de retomada do crescimento ainda em 1999", afirmou o ministro, fazendo questão de dizer que "aceita apenas como parte do debate democrático", as previsões de alguns analistas de uma grave

recessão no próximo ano.

Durante todo o debate com os parlamentares sobre o PEF, Malan insistiu que a reforma da Previdência - cujos destaques finais estão previstos para serem votados hoje - mais a contribuição dos inativos e o aumento da contribuição para os servidores da ativa são a parte principal do programa de ajuste fiscal. O ministro lembrou que os sistemas previdenciários do INSS, União, estados e municípios terão um déficit de R\$ 42 bilhões este ano, com tendência de crescimento a cada ano.

Malan repetiu que o Governo teria que enfrentar o problema da Previdência, mesmo que não ocorresse a crise financeira internacional. A alternativa, segundo ele, seria aumentar a carga de impostos para toda a

sociedade, "para manter privilégios e abusos inaceitáveis de uma minoria".

Servidores

Muito atacado pelos parlamentares de oposição, pela proposta de aumentar as contribuições dos servidores e de passar a cobrar dos inativos, Pedro Malan foi defendido pelos líderes do Governo.

"Pela primeira vez se falou sobre a necessidade de resolver o problema estrutural da Previdência", apoiou o líder do PFL, Inocêncio de Oliveira.

"O Governo Federal está fazendo sua parte. Cabe ao Congresso decidir se quer ajudar o Brasil ou continuar com os discursos em defesa dos privilégios de alguns que se locupletaram nos últimos anos", reformou o líder do PSDB,

Aécio Neves.

Cobrado sobre a execução plena do pacote fiscal baixado em novembro do ano passado - o pacote 51 - o ministro da Fazenda fez um *mea culpa* e disse que as medidas foram decididas às pressas, por causa da urgência do momento, e algumas delas eram de difícil execução. Entre elas, ele citou as demissões de 30 mil servidores, que não ocorreram.

Malan também rebateu cobranças sobre algum projeto de desenvolvimento para o País. Disse que isso só poderá ocorrer depois que o ajuste fiscal estiver concluído. "Sem o ajuste, os cogumelos do desenvolvimento surgirão no chão molhado por uma chuva de verão e não produzirão resultados", fez poesia o ministro" (A.N.)